Artigo Compacto

Áreas verdes públicas como parâmetros qualitativo da boa governança

Public green areas as a qualitative parameter of good governance

Sandra Medina Benini, Departamento de Estudo e Pesquisa Científica ANAP, arquiteta.benini@gmail.com

RESUMO

Este artigo teve por objetivo analisar o planejamento e gestão das áreas verdes como parâmetro qualitativo da boa governança. Para realização da pesquisa, foi considerada a melhoria da qualidade ambiental do espaço urbano, decorrente do processo da implantação da Agenda 21 Local. A pesquisa adotou o método qualitativo, tem como procedimento a construção empírica (na forma de Estudo de Caso), tendo recorte analítico, um estudo de caso na Estância Turística de Tupã – SP e o recorte temporal, a análise da gestão administrativa no período de 2001 a 2016. Como resultado, verificou-se que durante a gestão de 2005/2008 foram identificados os requisitos necessários (participação popular + tomada de decisão) para caracterizar a governança, em decorrência de um processo de implantação da Agenda 21 Local. Fato este que se refletiu no desenvolvimento de 30 projetos de áreas verdes públicas, que resultaram na implantação de 8 espaços (praças, jardins e parques), reurbanização de 1 uma praça e a revitalização de 15 praças e jardins.

Palavras-chave: Boa Governança, Áreas Verdes Públicas, Gestão Administrativa.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the planning and management of green areas as a qualitative parameter of good governance. To carry out the research, the improvement of the environmental quality of the urban space, resulting from the process of implementing Local Agenda 21, was considered. The research adopted the qualitative method, its procedure is the empirical construction (in the form of a Case Study), having an analytical approach, a case study in the Tourist Resort of Tupã - SP and the time frame, the analysis of the administrative management in the period of 2001 to 2016. As a result, it was found that during the 2005/2008 administration the necessary requirements (popular participation + decision-making) were identified to characterize governance, as a result of a process of implementation of the Local Agenda 21. This fact was reflected in the development of 30 projects for public green areas, which resulted in the implementation of 8 spaces (squares, gardens and parks), redevelopment of 1 square and the revitalization of 15 squares and gardens.

Keywords: *Good Governance, Public Green Areas, Administrative Management.*

Como citar:

BENINI, Sandra Medina. Áreas verdes públicas como parâmetros qualitativo da boa governança. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEURB, 2021, Maceió. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 40-44. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/issue/view/14

1 INTRODUÇÃO

Este artigo teve por objetivo analisar o planejamento e gestão das áreas verdes como parâmetro qualitativo da boa governança. Para realização da pesquisa, foi considerado a melhoria da qualidade ambiental do espaço urbano, decorrente do processo da implantação da Agenda 21 Local.

Para tanto, no âmbito desta pesquisa, considerou-se área verde pública:

> [...] todo espaço livre (área verde / lazer) que foi afetado como de uso comum e que apresente algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais. (BENINI, 2009, p. 71).

Como esses espaços são de uso comum do povo, impõe a Administração Municipal, bem como à "coletividade (a sociedade como um todo) o dever de defender e preservar tais espaços (áreas verdes públicas), visto que os mesmos podem contribuir para a sadia qualidade de vida e, consequentemente, para a qualidade ambiental" (BENINI, 2009).

2 GOVERNANÇA E BOA GOVERNANÇA

Difundido pelo Banco Mundial (1992) e acolhido pelas demais instituições Internacionais, o termo governance ou governança é definido como o "[...] poder [que] é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento". Em outras palavras, a governança está relacionada à capacidade dos governos em planejar, estabelecer metas, formular e implementar políticas para construção de um "Estado Eficiente", em que estejam conjugados processos decisórios, permitindo a articulação público-privado e demais seguimentos sociais, na elaboração de políticas públicas (DINIZ, 1995, p. 400).

Governança, no entanto, é caracterizada pelo poder social que "[...] media as relações entre Estado e Sociedade Civil" (JACOBI; GUNTHER; GIATTI, 2012, p. 335), permitindo a "[...] construção de alianças e cooperação, mas também permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais", bem como "seus reflexos no meio ambiente e das formas, de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos" (JACOBI; GUNTHER; GIATTI, 2012, p. 335).

Neste sentido Rosenau (2000 p. 15-16), explica que o conceito de governança refere-se a "[...] atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não depende, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências", ou seja, a governança é um "fenômeno mais amplo que o governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental", permitindo que pessoas e as organizações com interesses comuns possam dialogar e se articular para o atendimento de suas demandas.

Deve-se ressaltar que no âmbito da governança local e municipal, o desafio consiste em conhecer e ponderar sobre os múltiplos problemas e aspectos socioambientais presentes em um determinado território.

Para o desenvolvimento desta pesquisa considerou-se como conceito de governança, a capacidade do Estado de implementar políticas públicas, atender as demandas sociais de modo articulado à decisão do Governo, por intermédio de mecanismos e procedimentos participativos. E ainda, que a boa governança, pode ser aferida pela qualidade dos serviços públicos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou o método qualitativo, tem como procedimento a construção empírica (na forma de Estudo de Caso) foi delimitada pelas compreensões advindas das "realidades concretas e históricas" (DEMO, 1995), que retratam o contexto social, técnico e político.

Para o desenvolvimento da pesquisa, considerou-se o processo de governança decorrente do processo da Agenda 21 Local, na Estância Turística de Tupã – SP, com objetivo de aferir melhorias na qualidade ambiental do espaço urbano.

O Estudo de Caso foi realizado a partir de um recorte temporal da Gestão Administrativa, considerando o período de 2001a 2016, onde se utilizou a "lógica da replicação" (YIN, 2001) dentro de um mesmo contexto social e territorial, para aferição dos dados.

Figura 1 – Recorte Temporal da Pesquisa



Fonte: BENINI, 2016

Como procedimento metodológico, foi adotado como parâmetro qualitativo da boa governança, a oferta de serviços públicos de qualidade no planejamento e gestão das áreas verdes públicas.

4 RESULTADOS

A Estância Turística de Tupã está localizada a oeste do Estado de São Paulo, tendo como limites territoriais uma área de 628,5 km2, que abrange os Distritos de Varpa, Distrito de Universo, Distrito de Parnaso e a cidade de Tupã. Segundo o IBGE[1] (2010) a população da Estância Turística de Tupã, encontra-se distribuída entre 60.930 pessoas residentes na área urbana e 2.546 na área rural. O grau de urbanização no município é de 95%, enquanto que a média do Estado de São Paulo é de 95,94%.

Ao analisar as ações decorrentes do processo de planejamento e gestão das áreas verdes públicas na Estância, nos períodos definidos para estudo, a pesquisa constatou:

- Gestão Administrativa 2001/2004 – Não realizou nenhuma intervenção urbana direcionada a implantação, reurbanização ou revitalização de áreas verdes públicas.

- Gestão Administrativa 2005/2008 e 2009/2012 - Por intermédio da SEPLIN – Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, realizou um processo de planejamento e gestão das áreas verdes públicas que além de valorizar e embelezar o espaço urbano, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e

[1] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

da qualidade ambiental, além da recuperação de áreas degradadas e matas ciliares. Fato este que teve como alicerce a implantação da Agenda 21, como instrumento do processo da boa governança.

- Gestão Administrativa 2013/2016 - Apesar dos planos e projetos que foram deixados por seu antecessor, verificou-se que nesse Governo não houve interesse em dar continuidade no trabalho e nas ações realizadas no período anterior. Fato este que pode ser confirmado pela péssima gestão das áreas verdes públicas e que várias situações precisaram da intervenção da sociedade organizada e do Ministério Público para conter práticas ilegais contra o patrimônio Público.

Considerando o recorte temporal desta pesquisa, a Tabela 1 revela que a gestão administrativa de 2005/2008 marca um período de grande avanço, tanto no contexto social como ambiental, pois revela o comprometimento do Governo com o planejamento e gestão das áreas verdes públicas da Estância Turística de Tupã.

Tabela 1 – Intervenções nas Áreas Verdes Públicas em Números

RECORTE TEMPORAL	INTERVENSÕES DAS ÁREAS VERDES PÚBLICAS			
	PROJETO	IMPLANTADAS	REURBANIZADAS	REVITALIZADAS
Gestão 2001/2004	0	0	0	0
Gestão 2005/2008	30	8	1	15
Gestão 2009/2012	8	4	0	3
Gestão 2013/2016	02	7	0	1
Período de 2001/2016	40	19	1	19

Fonte: BENINI, 2016

Ressalta-se ainda, que durante a gestão administrativa de 2005/2008 foram identificados os requisitos necessários (participação popular + tomada de decisão) para caracterizar a governança, em decorrência de um processo de implantação da Agenda 21 Local. Fato este que se refletiu nos dados da Tabela 1, como indicador da boa governança, com o desenvolvimento de 30 projetos de áreas verdes públicas, que resultaram na implantação de 8 espaços (praças, jardins e parques), reurbanização de 1 uma praça e a revitalização de 15 praças e jardins.

4 CONCLUSÕES

Considera-se que durante a gestão administrativa de 2005/2008, o processo de planejamento e gestão das áreas verdes públicas, além de valorizar e embelezar o espaço urbano, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental. Tal resultado, foi decorrente da implantação da Agenda 21 neste período, como instrumento do processo da boa governança.

REFERÊNCIAS

BENINI, Sandra Medina. Áreas Verdes Públicas: A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano. Presidente Prudente: 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

BENINI, S. M. Agenda 21 local como instrumento da boa governança: estudo de caso da estância turística de Tupã/SP. 2016. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2016.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, Eli. "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90". DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, p. 385-415, 1995.

JACOBI, Pedro Roberto; GUNTHER, Wanda Maria Risso; GIATTI, Leandro Luiz. Agenda 21 e Governança. Estudos Avançados. São Paulo, v. 26, n. 74, p. 331-340, 2012.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: _____; CZEMPIEL, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e método. Trad. GRASSI, Daniel, 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.